

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA
LIDIMAR DE AMORIM VIEIRA ME EM RAZÃO DE
SUA INABILITAÇÃO POR NÃO OBSERVÂNCIA A
VEDAÇÃO DO EDITAL À PARTICIPAÇÃO DE
EMPRESAS INDIVIDUAIS.**

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, a decisão tomada em referência ao **RECURSO** apresentado pela empresa **LIDIMAR DE AMORIM VIEIRA ME**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **LIDIMAR DE AMORIM VIEIRA ME**, contra sua inabilitação por não observância à vedação do Edital..

O recurso foi recebido tempestivamente em 29/03/2018, via e-mail.

A recorrente **LIDIMAR DE AMORIM VIEIRA ME** alegou em apertada síntese:

1. Que entende que nunca prestou serviços anteriores ao Sebrae, baseado no não cumprimento ao item 2.5. alínea “a” do Edital, e por isso não pode ser considerada Não Habilitada.
2. Requer revisão da decisão.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”.

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidores daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Importante esclarecer que o item 2.5 alínea “a” do presente Edital, traz a seguinte redação, conforme abaixo:

2.5 . É vedada a participação de:

- a) Microempreendedores Individuais (MEI), EIRELI, Associações, Cooperativas,

Empresas Juniores e Organizações sem fins lucrativos;"

Notem que o presente Edital foi Retificado e publicado no Diário Oficial na data de 30/11/2017, e que a não habilitação se deu em face da vedação de contratação com empresas individuais.

Considerando que a empresa recorrente está constituída na forma de Eireli, a não habilitação se deu em estrita observância às regras do Edital.

Em razão do exposto e não havendo motivos significantes que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação ao Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, a Comissão **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE o recurso** apresentado e ora analisado, conforme acima.l.

Cuiabá/MT, 05 de Abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

Zaira Pereira de Melo

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli

Membro da Comissão CASGF

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso, apresentada pela empresa **LIDIMAR DE AMORIM VIEIRA ME**, **mantendo-se a decisão da Comissão referente a não habilitação da empresa recorrente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT**, conforme consta em ata anexa ao processo licitatório.

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso